



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

**EIXO FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: Formação Profissional do/a
Assistente Social**

**A formação profissional do assistente social e o campo
educacional: uma discussão necessária**

Eduardo Lima¹
Carla Rosane Bressan²

Resumo: O artigo problematiza a formação profissional em Serviço Social diante da afirmação da política educacional, como campo sócio-ocupacional após a Lei nº 13.935/2019. Analisa como e se os cursos de graduação das universidades públicas da região Sul do Brasil incorporaram a temática da Educação em seus currículos. A pesquisa fundamenta-se na análise dos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) dos cursos. Evidenciou-se lacunas formativas, com baixa inserção de conteúdos sobre educação e a intervenção nesse campo, demonstrando descompasso entre a ampliação do campo de atuação e a formação. Apenas uma universidade conta com disciplina obrigatória voltada ao Serviço Social e política educacional.

Palavras-chave: Serviço Social na Educação; Região Sul; Projeto Político Pedagógico; Formação Profissional; Lei nº 13.935/2019.

Abstract: The article problematizes professional education in Social Work in light of the consolidation of educational policy as a socio-occupational field following Law No. 13,935/2019. It analyzes how, and whether, undergraduate programs at public universities in the Southern region of Brazil have incorporated the theme of Education into their curricula. The research is based on the analysis of the Pedagogical Political Projects (PPPs) of the programs. The findings revealed training gaps, with limited inclusion of content related to education and professional intervention in this field, demonstrating a mismatch between the expansion of the professional field and academic training. Only one university offers a mandatory course specifically focused on Social Work and educational policy.

Keywords: Social Work in Education; Southern Region of Brazil; Pedagogical Political Project; Professional Education; Law No. 13,935/2019.

¹Assistente Social, Doutorando em Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina, Mestre em Serviço Social, elima2929@gmail.com

² Professora do Departamento de Serviço Social no Curso de Graduação e de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutora em Serviço Social. bressan.carla@ufsc.br



1. INTRODUÇÃO

A formação profissional em Serviço Social no Brasil encontra-se diretamente vinculada às transformações históricas da profissão e à sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, especialmente a partir do processo de industrialização e da expansão das políticas sociais nas décadas de 1930 e 1940, momento em que se consolida o espaço sócio-ocupacional do assistente social no âmbito das políticas públicas (Iamamoto, 2014; Ferrarez, 2018).

Ao longo das décadas de 1950 e 1960, emergem questionamentos acerca do significado social da profissão, evidenciando o descompasso entre teoria e prática e impulsionando debates sobre o projeto profissional e a necessidade de qualificação teórico-metodológica. O campo do Serviço Social, especialmente a partir de 1960, inicia um processo de reconceituação, conforme explicita Yazbek (2016, p.18-19):

Um segundo marco consistiu na inserção do Serviço Social brasileiro no denominado Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano, quando, nos anos 1960, a profissão questiona seus referenciais e assume as inquietações e insatisfações dessa conjuntura histórica em um amplo movimento de busca de renovação profissional em diferentes níveis: teórico, metodológico, técnico operativo e político. Heterogêneo e plural, em todo o continente, este movimento coloca o Serviço Social frente à particular conjuntura dos anos 1960, que assinala o início de redefinições da ordem capitalista internacional e do próprio processo civilizatório, que se irradia por todas as esferas da vida social.

É a partir dessas inquietações e insatisfações que se desdobram mudanças significativas no Serviço Social brasileiro, configurando-se e tensionando-se diferentes projetos para a profissão, tanto no que diz respeito às concepções de atuação profissional quanto à base dos referenciais teórico-metodológicos. Esse processo de atualização coloca para os assistentes sociais o desafio de formular um novo projeto profissional, agora alinhado às demandas e aos interesses da população.

Destaca-se, nesse movimento de reconceituação, o ano de 1979, quando ocorre o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, conhecido como “Congresso da Virada”, momento em que se passa a assumir uma nova perspectiva, a qual resulta na consolidação do projeto ético-político, do referencial teórico-metodológico e do instrumental técnico-operativo. Ressalta-se, ainda, que é nos anos 1980, a partir de Marilda Iamamoto, que a Teoria Social de Marx faz sua efetiva interlocução com a profissão (Yazbek, 2016).

É nesse contexto que emergem as primeiras produções do Serviço Social voltadas ao próprio Serviço Social, ainda que dialogando com outras áreas do conhecimento, com vistas à construção de análises capazes de apreender a realidade social a partir das concepções críticas da profissão. Esse movimento ganha densidade política e intelectual nos anos 1970 e 1980, culminando na revisão curricular de 1982 e na incorporação da dialética marxista como referência fundamental para a formação profissional crítica (Netto, 1994; Yazbek, 2009).

A partir desse processo histórico, consolida-se a compreensão de que o trabalho do assistente social incide sobre as múltiplas expressões da questão social, reposicionando a formação profissional como dimensão estratégica do projeto ético-político da profissão,



comprometido com a ampliação de direitos sociais e com a análise crítica da realidade social brasileira (Iamamoto, 2017).

Nesse percurso, destacam-se dois marcos estruturantes da formação contemporânea: as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), resultantes de amplo debate acadêmico e político da categoria profissional, e as Diretrizes Curriculares Nacionais do MEC (2001), orientadas por uma lógica baseada em competências e habilidades. Embora incidam sobre o mesmo processo formativo, tais documentos expressam projetos distintos de universidade, profissão e sociedade, revelando tensões permanentes entre perspectivas críticas de formação e tendências de flexibilização e mercantilização do ensino superior (Iamamoto, 2014; Raichelis, 2011).

Nessa direção, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS reafirmam a historicidade da profissão e reconhecem a questão social como objeto de trabalho do Serviço Social, compreendendo a formação profissional como processo indissociável da análise crítica da sociedade brasileira e das transformações do mundo do trabalho (Iamamoto, 2014). Diferentemente da orientação baseada em competências e habilidades presente nas Diretrizes Curriculares do MEC, a proposta da ABEPSS estrutura a formação a partir de núcleos de fundamentação que articulam teoria social, formação sócio-histórica e fundamentos do trabalho profissional, reafirmando a centralidade do trabalho e o compromisso ético-político da profissão. Essas distinções evidenciam que a formação em Serviço Social constitui um campo permanente de disputas entre projetos formativos e societários, tensionado entre tendências de flexibilização do ensino superior e a defesa de uma formação crítica comprometida com a ampliação do acesso a direitos.

Nesse cenário de disputas formativas, no qual se desencadeiam diferentes projetos político-pedagógicos nos cursos de graduação, que emerge a necessidade de problematizar a formação profissional diante da expansão da educação básica como campo sócio-ocupacional do assistente social, atuando diretamente com as expressões da questão social.

A necessidade de apreender o campo da política educacional enquanto espaço contraditório e atravessado por disputas de interesses torna-se fundamental, uma vez que a educação básica constitui-se como política pública estratégica no interior do Estado capitalista, sendo, historicamente, um espaço de reprodução das desigualdades sociais, porém simultaneamente o de possibilidade concreta na construção de práticas emancipatórias (Saviani, 2004). Configura-se, portanto, como direito social e como território institucional no qual se materializam expressões da questão social, conflitos institucionais e demandas socioeducacionais que requisitam mediações profissionais qualificadas, evidenciando seu potencial tanto de reprodução social quanto de transformação e resistência.

Nesse contexto, colocam-se questões como: os projetos político-pedagógicos dos cursos de Serviço Social têm incorporado a temática da política educacional na sua formação? Até que ponto o campo da educação básica, enquanto campo sócio-ocupacional do assistente social em franca expansão (especialmente após a promulgação da Lei nº 13.935/2019), tem sido abordado nos atuais processos formativos? Na perspectiva de delinear algumas dessas respostas, o presente texto aborda especificamente essas questões referentes aos cursos de formação das



universidades públicas da região sul. Os dados que serão aqui apresentados integram uma investigação mais ampla e sistematizada no âmbito da dissertação de mestrado voltada a refletir sobre a atuação profissional na educação básica em Santa Catarina³. O recorte em questão fundamenta-se em análise documental dos Projetos Político-Pedagógicos de cursos de Serviço Social de universidades públicas da região Sul, buscando identificar a presença, ausência e configuração da temática da educação na formação profissional.

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo abordar como e se os cursos de Serviço Social da região sul do Brasil têm incorporado a discussão sobre Serviço Social e educação em seus Projetos Político-Pedagógicos; bem como a oferta de disciplinas (obrigatórias e optativas) voltadas à política educacional como espaço de atuação profissional, tendo em vista que o campo da educação básica tem ocupado espaço estratégico de intervenção profissional.

O artigo está organizado em três seções. A primeira corresponde a esta introdução, na qual se situam o debate da formação profissional e as disputas formativas contemporâneas. A segunda seção discute a formação profissional do assistente social, abordando o caráter generalista da formação e os campos de atuação profissional, com ênfase na política educacional. Na subseção 2.1 são registrados os dados e as reflexões acerca do campo da Educação - como campo de conhecimento e atuação do assistente social na educação básica. Por fim, apresentam-se as considerações finais, nas quais são retomados os principais achados da pesquisa e suas implicações para a formação profissional.

2. A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL: FORMAÇÃO GENERALISTA E OS CAMPOS DE ATUAÇÃO

A formação profissional do assistente social no Brasil é orientada pelo princípio da formação generalista conforme explicitado nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS (1996), as quais instituem uma base comum nacional de formação voltada à apreensão crítica da realidade social e à intervenção nas múltiplas expressões da questão social. Nessa perspectiva, a formação profissional fundamenta-se na compreensão da questão social como objeto do trabalho do assistente social, buscando assegurar uma sólida formação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, capaz de preparar profissionais para atuar nos diversos espaços sócio-ocupacionais das políticas públicas.

A formação generalista pressupõe a capacidade de análise crítica da realidade social, a articulação interdisciplinar e a construção de mediações profissionais diante das demandas institucionais e sociais contemporâneas. Nesse sentido, o percurso formativo envolve a apreensão das determinações históricas da sociedade capitalista e das transformações do

³ O conjunto de dados aqui abordados, consistem em dados parciais, que integram a pesquisa sistematizada na dissertação de mestrado intitulada: *Contradições da política educacional e trabalho profissional: a atuação do assistente social na educação básica no estado de Santa Catarina*, defendida e aprovada em 03 de fevereiro de 2026, junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O trabalho encontra-se disponível no Repositório Institucional da UFSC em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/272074>



mundo do trabalho, possibilitando ao assistente social atuar em diferentes espaços sócio-ocupacionais, principalmente no campo das políticas sociais, tais como: assistência social, saúde, previdência, habitação e, mais recentemente, educação, dentre outros.

Contudo, a ampliação dos campos de atuação profissional tem colocado novos desafios à formação acadêmica. Embora o caráter generalista constitua elemento estratégico para a apreensão da totalidade social, há que se considerar a necessidade de conhecimento específico e/ou detalhado e por que não dizer “aprofundado” acerca de determinados processos sociais que se objetivam e concretizam principalmente no campo da intervenção do Estado sob a forma de políticas sociais. Ou seja, embora as políticas sociais, historicamente, se constituam como campos de disputa entre projetos societários e interesses individuais e coletivos, a atuação cotidiana ocorre em contextos específicos, eivados de particularidades, demandando conhecimentos próprios, competências interventivas e compreensão das dinâmicas institucionais para apreender criticamente a realidade social e identificar, com objetividade, as expressões da questão social.

Nesse cenário, embora a atuação do assistente social na política educacional brasileira date da década de 1940, desde o fim dos anos 1990 esse campo tem emergido no cenário de atuação profissional. Atualmente tem sido considerado um campo sócio-ocupacional em expansão, especialmente após a promulgação da Lei nº 13.935/2019, que instituiu a presença de assistentes sociais nas redes públicas de educação básica. A inserção profissional nesse espaço tem produzido um movimento teórico-reflexivo nas últimas décadas, acompanhado também por um processo regulamentador e orientador da intervenção profissional, impulsionado pelas entidades representativas da categoria. Como marco inicial, destaca-se a elaboração dos Subsídios para o Debate sobre o Serviço Social na Educação, publicado pelo CFESS em 2001, posteriormente atualizado por produções institucionais que aprofundaram a reflexão sobre o trabalho profissional na política educacional. Entre essas, destaca-se a publicação mais recente do CFESS, Diálogos do Cotidiano – Assistente Social: reflexões sobre o trabalho profissional (Caderno 4), lançada em 2023, que sistematiza o acúmulo histórico da profissão e reafirma os fundamentos ético-políticos da atuação profissional.

Assim, compreender a importância e dimensão da formação generalista é fundamental, como também a necessidade de acesso a conhecimentos que, embora possam ser indicados como específicos, constituem elementos fundamentais de conhecimento para a compreensão da realidade concreta. Podemos exemplificar essa questão, questionando como seria possível defendermos a concretização do SUS (bandeira histórica da categoria) se não conhecêssemos o movimento que o produziu? sobre a reforma sanitária, dentre outras questões que constituíram esse processo de disputa. Com o referido exemplo, queremos indicar que, o contexto educacional brasileiro, principalmente quando se refere à constituição da política pública de educação, também tem movimentos e processos histórico-sociais de disputas de interesse de classe e/ou ainda determinados grupos sociais; e, mais recentemente, por que não dizer do próprio capital, uma vez que se tornou um fértil campo de “investimento” (Bull, 2012)



Neste sentido, torna-se fundamental analisar como a graduação em Serviço Social tem respondido às novas exigências profissionais colocadas pela atuação no campo educacional. O subitem que segue procura explicitar se os projetos pedagógicos dos cursos da região sul do Brasil tem contemplado questões que tratem desse campo, contribuindo para o preparo da atuação profissional na educação básica.

2.1. Serviço Social e o campo educacional - discussão necessária na formação profissional

A produção do conhecimento científico não se origina de ideias criadas do nada, trata-se de um processo cumulativo que se constitui ao longo dos meses, anos e séculos. Minayo (2001) destaca que a ciência busca expressar a verdade, ainda que momentânea, sobre determinados problemas que perpassam a vida em sociedade. Por outro lado, a autora assinala que “problemas essenciais, como a pobreza, a miséria, a fome, a violência, a ciência continua sem respostas e sem propostas” (Minayo, 2001, p. 10). Mesmo diante das contradições inerentes aos processos de pesquisa em uma sociedade marcada pelo modelo de sociabilidade capitalista que, simultaneamente, produz conhecimentos em determinadas áreas e vincula essa produção aos interesses do capital (Lara, 2007), a produção do conhecimento no Serviço Social mantém-se como dimensão fundamental para a apreensão crítica da realidade social e para a qualificação da intervenção profissional.

É fundamental considerar como a construção do conhecimento nas últimas décadas tem contribuído não apenas para subsidiar a prática profissional, mas também para desenvolver uma leitura crítica da realidade social. Essa postura crítica se contrapõe a práticas imediatistas, burocráticas ou tecnicistas, características conservadoras vinculadas aos períodos anteriores da profissão, e demanda a compreensão das condições subjetivas e objetivas nas quais o assistente social se insere enquanto trabalhador. Nesse sentido, concorda-se com Lara (2007, p. 74), ao afirmar que:

O Serviço Social contemporâneo responde por uma significativa produção de conhecimentos nas mais diversas áreas e subáreas das ciências sociais. A partir dos anos de 1980, com maior evidência, a profissão se inseriu como interlocutora das demais áreas do conhecimento e começou a responder pela sua própria produção teórica, permitindo maior destaque à pesquisa acadêmica. A pesquisa que, necessariamente, gera a produção do conhecimento tornou-se pré-requisito ao assistente social, sendo que por meio da investigação científica, que na verdade é a sistematização de uma determinada realidade social, o profissional consegue apreender as intrincadas conexões do real e, assim, construir um caminho mais seguro para aproximar-se de respostas concretas tão almejadas nas suas intervenções.

Nesse cenário, a ampliação da produção do conhecimento no campo do Serviço Social, especificamente no Serviço Social no campo educacional e em especial na educação básica ganha um novo fôlego com a promulgação da Lei nº 13.935/2019. A institucionalização desse campo sócio-ocupacional, fruto de significativa mobilização política e acadêmica da categoria, intensificou as requisições dirigidas à formação profissional e passou a tensionar diretamente os projetos político-pedagógicos dos cursos de Serviço Social. Desse modo, torna-se necessário



deslocar a análise do plano mais geral da produção do conhecimento para a forma como a formação tem respondido, concretamente, a essas novas demandas.

A trajetória de regulamentação da inserção do Serviço Social na educação básica pública constituiu-se por um longo processo, demarcado por disputas políticas, tensionamentos institucionais e intensa mobilização da categoria profissional e de suas entidades representativas. Esse acúmulo teórico-político também se expressa na capacidade organizativa da categoria de disputar marcos normativos e institucionais para a consolidação desse campo sócio-ocupacional, conforme explicitado por Amaral (2025, p. 372):

A Coordenação Nacional para Implementação da Lei 13.935/2019 – psicólogas/os e assistentes sociais na educação básica, foi criada no ano de 2020, sendo constituída por seis entidades nacionais, sendo duas delas representantes da área do Serviço Social (Conselho Federal de Serviço Social – CFESS e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS), e quatro delas representantes da área da Psicologia (Conselho Federal de Psicologia – CFP, Associação Brasileira de Ensino de Psicologia – ABEP, Associação Brasileira de Psicologia Escolar Educacional – ABRAPEE e a Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI).

Ao longo de quase duas décadas de tramitação legislativa, o Projeto de Lei nº 3.688/2000 percorreu diferentes instâncias do Congresso Nacional, sendo atravessado por disputas que buscavam restringir ou descaracterizar a inserção do Serviço Social na política educacional, ora deslocando suas atribuições para outras áreas, ora limitando sua atuação a funções assistenciais. Paralelamente, as entidades representativas do Serviço Social e da Psicologia intensificaram a produção de documentos, a criação de grupos de trabalho e a mobilização política em âmbito nacional, acumulando bases teórico-políticas que contribuíram para qualificar o debate e tensionar o conteúdo da proposta legislativa. Esse processo culminou, em dezembro de 2019, na promulgação da Lei nº 13.935, posteriormente fortalecida com a criação, em 2020, da Coordenação Nacional para sua implementação, composta por entidades das duas áreas profissionais.

A Lei estabelece que as redes públicas de educação básica devem contar com serviços de Psicologia e de Serviço Social por meio de equipes multiprofissionais, com atuação voltada à melhoria do processo de ensino-aprendizagem, à mediação das relações sociais e institucionais e à articulação com o projeto político-pedagógico das escolas. Apesar de representar uma conquista histórica da categoria, a legislação apresenta limites importantes, como a ausência de parâmetros quanto ao quantitativo de profissionais, a delegação da implementação aos sistemas de ensino e a inexistência de dispositivos concretos de financiamento e operacionalização. Nesse contexto contraditório, a atuação do assistente social na educação básica se coloca como espaço estratégico de defesa de direitos, fortalecimento da participação social e construção de práticas socioeducativas orientadas pela perspectiva crítica da profissão.

Se a promulgação da Lei nº 13.935/2019 representa um marco histórico para a inserção do Serviço Social na educação básica, torna-se indispensável problematizar as condições formativas que sustentam essa inserção no cotidiano profissional. A consolidação desse campo de atuação não depende apenas do reconhecimento legal, mas também da capacidade da



formação acadêmica em preparar assistentes sociais para compreender as particularidades da política educacional, do cotidiano escolar e das múltiplas expressões da questão social que atravessam esse espaço.

Importa destacar que a inserção do assistente social na política educacional não tem ocorrido de forma homogênea. Em distintos contextos institucionais, o profissional tem atuado tanto em estruturas de gestão das redes de ensino, acompanhando múltiplas unidades escolares, quanto vinculado diretamente à escola em específico, integrando equipes multiprofissionais no cotidiano escolar. Essas diferentes formas de inserção tensionam as requisições profissionais e ampliam as demandas formativas, exigindo conhecimentos específicos acerca da organização da política educacional, da gestão pública e das dinâmicas institucionais próprias do espaço escolar.

A escola permanece como um espaço marcado pelas mais diversas expressões da questão social e, simultaneamente, por traços de uma estrutura historicamente associada ao modelo jesuítico, que, em determinados contextos, tensiona e negligencia as novas concepções teóricas e pedagógicas em disputa. Soma-se a esse cenário a intensificação de uma onda conservadora que busca capturar a escola como instrumento de controle ideológico, reduzindo o pensamento crítico e esvaziando as dimensões teóricas e metodológicas que sustentam uma formação emancipatória, materializada no discurso de uma “escola com mordaza” (Lima, 2026).

O assistente social na política educacional, especialmente na educação básica pública, também se vê imerso em uma lógica meritocrática, marcada por processos avaliativos em larga escala fortemente influenciados por mecanismos internacionais e agentes neoliberais (Saviani, 2004). Amaro (2011) assinala acerca da necessidade de respeitar o saber e o ritmo próprio da comunidade escolar, explicitando:

Alguns profissionais chegam a acelerar processos decisórios, julgando a comunidade atrasada ou incapaz de orquestrar as deliberações solicitadas dentro do tempo hábil. Nessa pressa, etapas importantes são eliminadas e, não raro, a qualidade do processo que se pretendia coletivo e construtivo acaba sendo comprometida, preservando apenas a visão e pretensão – nem sempre representativas do coletivo – deste ou daquele profissional.

Importa, portanto, que se respeite tanto os saberes como os ritmos de cada sujeito que compartilha o espaço escolar. As pessoas são diferentes e têm formas particulares de processar suas ideias, organizá-las, reinventá-las e amadurecer sua concepção. Assim, para processos coletivos que se pretendem democráticos, não se devem prever prazos curtos ou breves encontros de troca de conhecimentos e experiências (Amaro, 2011, p.106).

Ao trazer essa concepção sobre os ritmos e fluxos da instituição escolar, a autora evidencia um ponto importante de reflexão para os profissionais que estão chegando à escola, uma vez que a atuação do assistente social, marcada por seu compromisso ético-político, faz com que, muitas vezes, algumas ações sejam tomadas de maneira imediata, sem a devida análise da complexidade que envolve os sujeitos implicados.

No âmbito da educação básica, especialmente em relação às escolas públicas, é fundamental que, ao ingressar na instituição, o profissional conheça a realidade descrita no Projeto Político Pedagógico (PPP), pois ali se apresentam, entre outros elementos, a relação



com a comunidade, a visão e a missão da escola e o modo como ela foi se constituindo ao longo dos anos.

Dessa forma, ao considerar que a mudança se constrói por meio de estratégias e práticas pedagógicas, projetos e outras iniciativas, compreende-se que as alterações de concepções ocorrem, sobretudo, em processos coletivos que se desenvolvem a longo prazo. Todavia, cabe considerar que não se trata de uma falha individual do profissional de Serviço Social, mas de uma formação que até recentemente não tinha em seu horizonte de demandas a necessidade dessa discussão.

Partindo desses pressupostos, evidenciou-se a necessidade de investigar de forma mais objetiva se e como a temática da educação está presente nos projetos político-pedagógicos, os quais são os orientadores formativos dos profissionais. É a partir dessa necessidade analítica que se delineou o percurso metodológico da pesquisa, voltado à identificação e interpretação dos Projetos Político-Pedagógicos dos cursos de Serviço Social da Região Sul do Brasil, buscando compreender como a temática da educação vem sendo incorporada à formação profissional.

Os PPPs constituem documentos institucionais orientadores da formação profissional e expressam as concepções pedagógicas, os perfis de egresso e a organização curricular dos cursos, configurando-se como fontes primárias relevantes para compreender como a formação profissional tem incorporado, ou não, o debate sobre a política de educação básica e a atuação do assistente social nesse campo sócio-ocupacional.

Desse modo, a análise documental dos PPPs buscou identificar a presença de disciplinas e suas ementas relacionadas à política educacional, à educação básica e à inserção profissional do assistente social no espaço escolar.⁴

Ao realizar uma busca nos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) dos cursos de Serviço Social da Região Sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), em universidades públicas, foi priorizado inicialmente a oferta das disciplinas consideradas obrigatórias nos currículos, foram encontradas as seguintes disciplinas acerca da temática:

Quadro 01 - Presença e ausência de disciplinas obrigatórias sobre educação na formação em Serviço Social em universidades públicas da Região Sul

UNIVERSIDADE	ANO DO PROJETO	DISCIPLINA	EMENTA
Universidade Federal do Pampa	2022	Educação em Direitos Humanos	A constituição histórica dos Direitos Humanos. Os Instrumentos Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos. Fundamentos da educação para uma cultura dos Direitos Humanos. A democracia e o exercício da Cidadania. O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Os Direitos Humanos e o Serviço Social

⁴ O recorte regional adotado nesta pesquisa concentrou-se nas universidades públicas da Região Sul do Brasil em razão da vinculação do estudo à investigação desenvolvida no estado de Santa Catarina, bem como pela viabilidade analítica e comparativa entre cursos inseridos em contextos socioinstitucionais semelhantes. O levantamento dos Projetos Político-Pedagógicos foi realizado de forma remota, mediante consulta aos sítios eletrônicos institucionais das universidades, considerando os documentos disponíveis publicamente no período de coleta dos dados (2025–2026).



Universidade Federal de Santa Maria	2018	Não encontrado	No que tange à Universidade Federal de Santa Maria, não foi encontrada nenhuma disciplina obrigatória que contenha em seu título Educação, além disso, no site também não foi possível encontrar as ementas das disciplinas, apenas os nomes.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2016	Não encontrado	No que tange à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, não foi encontrada nenhuma disciplina obrigatória que contenha em seu título Educação, além disso, no PPP também não foi possível acessar as ementas das disciplinas, apenas os nomes das disciplinas estavam disponíveis.
Universidade Federal de Santa Catarina	2013	Não possui disciplina obrigatória	No PPP da Universidade Federal de Santa Catarina não foi encontrada nenhuma disciplina obrigatória que contenha em seu título Educação
Universidade Estadual de Londrina	2023	Serviço Social e Política Educacional	Aspectos históricos das políticas educacionais no Brasil. Configuração legal e organização das políticas educacionais no Brasil (níveis e modalidades, planejamento, avaliação e financiamento). Concepções de educação e instituições escolares. O trabalho do/a assistente social na política de educação.
Universidade Estadual do Paraná	2019	Não possui disciplina obrigatória	No PPP da Universidade Estadual do Paraná não foi encontrada nenhuma disciplina obrigatória que contenha em seu título Educação.
Universidade Federal do Paraná	2023	Não possui disciplina obrigatória	No PPP da Universidade Federal do Paraná não foi encontrada nenhuma disciplina obrigatória que contenha em seu título Educação.

Fonte: Lima (2026). **Elaboração:** Dos autores (2026).

Verifica-se, a partir da tabela, que, dentre sete universidades públicas, apenas uma apresenta disciplina obrigatória acerca do Serviço Social na educação, sendo esta a Universidade Estadual de Londrina.

Nas demais instituições, foi possível identificar, em alguns casos, a existência de componentes curriculares sobre Serviço Social na educação, porém ofertados na modalidade de disciplina optativa, como ocorre na Universidade Federal de Santa Catarina e na Universidade Federal do Paraná, conforme explicitado.

Quadro 02 - Disciplinas optativas sobre educação na formação em Serviço Social em universidades públicas da Região Sul

UNIVERSIDADE	ANO DO PROJETO	DISCIPLINA	EMENTA
Universidade Federal de Santa Catarina	2013	SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO	Educação, Estado e Sociedade. Política educacional brasileira: fundamentos históricos e bases legais. Dimensão social da política educacional. Interfaces entre Educação e Serviço Social. O exercício profissional do assistente social na área da Educação.
Universidade Federal do Paraná	2023	Serviço Social na Política de Educação	Os projetos de educação em disputa. A função social da escola. A trajetória do Serviço Social na política de educação. A atuação do/a Assistente social nos diferentes espaços socio ocupacionais no âmbito da Educação

Fonte: Dados da Pesquisa (2026). **Elaboração:** Dos autores (2026).



Os dados apresentados nas tabelas evidenciam que, mesmo após a promulgação da Lei nº 13.935/2019, a incorporação da temática da educação nos currículos permanece limitada. Observa-se, por exemplo, que a UNIPAMPA, mesmo com Projeto Político-Pedagógico atualizado após 2019, não contempla disciplina obrigatória ou optativa específica sobre Serviço Social na educação. Paralelamente, identifica-se que a presença da temática antecede a própria legislação, como no caso da UFSC, que já ofertava disciplina na área antes da promulgação da lei, evidenciando que a inserção profissional na educação básica é anterior ao reconhecimento legal e resulta de um processo histórico mais amplo de atuação e produção acadêmica.

Esse levantamento de disciplinas nos permite problematizar que a presença da temática da educação na formação em Serviço Social permanece, em grande medida, condicionada à disponibilidade institucional, ao interesse docente e às condições conjunturais de oferta de disciplina na modalidade optativa; e, não a uma diretriz estruturante da formação profissional. Em termos formativos, a discussão acerca da política educacional não é assegurada a todos os estudantes, tornando-se dependente de trajetórias individuais, escolhas eletivas e oportunidades específicas durante o percurso acadêmico. É preciso considerar que o cenário de precarização das universidades públicas, que incide diretamente sobre o trabalho docente, faz com que os professores tendam a concentrar seus esforços nas disciplinas obrigatórias. Isso acaba por limitar a regularidade e a oferta de disciplinas optativas e, consequentemente, restringe as possibilidades de aprofundamento formativo nessa temática.

Desse modo, compreende-se que os profissionais formados atualmente podem enfrentar desafios quando ingressam ou atuam no campo da educação, sobretudo aqueles que dispõem apenas de uma base mínima de debates sobre política social e políticas públicas, mas carecem de aprofundamento em temáticas educacionais, do cotidiano escolar e nas demandas socioeducacionais.

Essa afirmação se sustenta no que é evidenciado por (Lima, 2026) ao dissertar sobre a experiência de um curso de extensão realizado com assistentes sociais da educação básica pública, onde explicita uma diferenciação entre profissionais que já possuíam alguma aproximação ou estudo prévio sobre a temática da política de educação básica antes de ingressarem no processo do curso, com as assistentes sociais que acabaram de se inserir na política de educação sem estudo ou formação prévia sobre a temática.

Assim, conhecer a produção acerca da temática sobre a atuação profissional na educação básica, de maneira a compreender o que vem sendo produzido pela área, torna-se uma estratégia de densificação teórica e de qualificação da intervenção profissional, auxiliando o assistente social a compreender o contexto mais amplo em que atua e evitando que responsabilidades indevidas sejam atribuídas à sua prática. Soma-se a isso, a compreensão de que apenas a formação em Serviço Social, sem o diálogo com a produção do campo da educação e sem o trabalho em rede, não consegue responder adequadamente às demandas cotidianas.



Torna-se indispensável que os trabalhadores que atuam na política de educação básica mobilizem os conhecimentos teóricos produzidos nesse campo para contribuir com o avanço da consolidação das estratégias de cumprimento das normas, das diretrizes e, especialmente, que consigam, por meio de suas práticas, considerando a perspectiva crítica do Serviço Social e seu posicionamento contrário aos avanços neoliberais, pautar a defesa da escola e da educação pública.

Nesse sentido, evidencia-se que a consolidação do Serviço Social como campo de atuação na educação básica não pode ser compreendida apenas como resultado da conquista normativa representada pela Lei nº 13.935/2019, mas como parte de um movimento mais amplo que envolve produção de conhecimento, disputas formativas e reconfigurações curriculares. A expansão desse campo sócio-ocupacional tenciona diretamente os cursos de graduação, exigindo a incorporação sistemática do debate educacional nos projetos político-pedagógicos e revelando a necessidade de compreender como a formação profissional vem respondendo a essas requisições emergentes.

Os dados registrados, no que tange a formação profissional na região sul do Brasil, permite afirmar que há um descompasso entre a ampliação do espaço de atuação profissional na política educacional e a presença do debate dessa temática nos currículos de graduação em Serviço Social. Tal descompasso não representa uma lacuna individual dos profissionais, mas expressa um movimento histórico ainda em construção, marcado por disputas institucionais, limites estruturais das universidades e pela recente institucionalização da educação básica como campo de trabalho profissional.

A educação básica, embora historicamente presente como campo de intervenção do Serviço Social, passa a ser reposicionada como espaço sócio-ocupacional após a promulgação da Lei nº 13.935/2019, ao mesmo tempo em que a incorporação da temática educacional na agenda dos currículos do ensino superior da região sul permanece limitada e, em muitos casos, dependente de ofertas optativas, interesses docentes e condições institucionais.

Os achados sistematizados a partir dos PPPs analisados evidenciam, portanto, um desalinhamento entre as requisições contemporâneas do trabalho profissional na política educacional e a forma como a formação tem estruturado a discussão, ou a falta dela, sobre educação, cotidiano escolar e demandas socioeducacionais. Nesse cenário, a pesquisa realizada não apenas ilumina lacunas formativas, mas também aponta para o caráter processual e disputado da consolidação da educação como campo sócio-ocupacional, atravessado por contradições estruturais do ensino superior público e pelas disputas em torno do projeto profissional do Serviço Social.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permitiu problematizar a formação profissional em Serviço Social diante da expansão da política educacional como campo sócio-ocupacional, especialmente após a promulgação da Lei nº 13.935/2019. A análise dos Projetos Político-



Pedagógicos dos cursos de Serviço Social de universidades públicas da região Sul do Brasil, buscou-se compreender em que medida a política educacional tem sido incorporada como dimensão estruturante da formação acadêmica.

Os resultados evidenciam que a consolidação da educação básica como campo de atuação profissional não tem sido acompanhada, de forma proporcional, pelos processos formativos. A análise dos PPPs demonstrou que a presença da temática educacional nos currículos permanece limitada, sendo identificado que, dentre as sete universidades analisada, apenas uma tem em seu currículo a oferta de disciplina obrigatória específica sobre Serviço Social na política educacional, enquanto outras duas têm a oferta enquanto disciplina optativa e nas demais instituições a discussão aparece de forma fragmentada ou inexistente. Destaca-se ainda que, mesmo após a promulgação da Lei nº 13.935/2019, das três universidades que revisaram seus Projetos Político-Pedagógicos após 2020, apenas uma incorporou disciplina obrigatória relacionada ao Serviço Social e política educacional, enquanto outra passou a ofertar o componente curricular como optativo.

Considerando o conjunto das sete universidades analisadas, evidencia-se um descompasso entre as requisições contemporâneas do trabalho profissional e a organização curricular da formação em Serviço Social. Tal descompasso não pode ser compreendido como insuficiência individual dos profissionais, mas como expressão de um processo histórico, marcado pela recente institucionalização da educação básica como campo sócio-ocupacional e pelas disputas que atravessam o projeto de formação profissional no ensino superior brasileiro, particularmente nos cursos das áreas de humanidades.

Ao mesmo tempo, um dos achados indica que a inserção do Serviço Social na política educacional em uma universidade antecede o reconhecimento legal estabelecido pela Lei nº 13.935/2019, resultando de acúmulos teóricos, políticos e profissionais historicamente construídos pela categoria.

Dessa forma, evidencia-se a necessidade de avançar na incorporação sistemática da abordagem da política educacional nos projetos político-pedagógicos dos cursos de Serviço Social, não como especialização precoce, mas como aprofundamento crítico compatível com a perspectiva da formação generalista defendida pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Reconhecer a educação básica como espaço estratégico de intervenção profissional implica compreender suas particularidades institucionais, históricas e sociais, considerando que a escola constitui uma das instituições mais antigas da sociedade e apresenta determinações próprias que incidem diretamente no processo de trabalho do assistente social.

Este estudo reafirma que a consolidação do Serviço Social na educação básica não se esgota na conquista normativa representada pela Lei nº 13.935/2019, evidenciando, a partir da análise dos Projetos Político-Pedagógicos, a permanência de um descompasso entre a expansão do campo sócio-ocupacional e sua incorporação estruturada nos processos formativos. Tal consolidação depende da articulação entre produção do conhecimento, reorganização curricular e fortalecimento do projeto ético-político profissional.

Nesse horizonte, aponta-se também como agenda estratégica o aprofundamento de pesquisas sobre formação profissional, experiências institucionais e práticas multiprofissionais



nas redes públicas de ensino, contribuindo para qualificar a intervenção profissional e fortalecer a defesa da educação pública como direito social.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Wagner Roberto do. A Coordenação Nacional para Implementação da Lei 13.935/2019: desafios, possibilidades e articulações. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 2, p. 371–395, jul./dez. 2025. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/72368/46287>. Acesso em: 3 fev. 2026.

AMARO, Sarita. **Serviço social na educação: bases para o trabalho profissional**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (texto na íntegra aprovado em assembleia em nov. 1996)**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

BRASIL. **Resolução nº 15, de 13 de março de 2002**. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. Brasília, DF: CNE/CES, 2002. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311141012990370.pdf. Acesso em: 3 fev. 2026.

BRASIL. **Lei n. 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 dez. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm. Acesso em: 3 fev. 2026.

BÜLL, Thalita Giovanna. Política educacional e neoliberalismo no Brasil: uma leitura sob a ótica do serviço social. **SER Social**, Brasília, v. 13, n. 29, p. 65–89, 2012. DOI: 10.26512/ser_social.v13i29.12666. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12666. Acesso em: 23 fev. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Serviço Social na educação**. Brasília, DF: CFESS, 2001. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/uploads/revista/3883/Qf2BsXWGS�hI0DnQPxsc2uzmCfCxxZ0Z.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Diálogos do cotidiano — assistente social: reflexões sobre o trabalho profissional (Caderno 4)**. Brasília: CFESS, 2023. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS2023-DialogosCotidiano4.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2026.

CASTRO E CASTRO, Marina Monteiro de; TOLEDO, Sabrina Navarro. A reforma curricular do Serviço Social de 1982 e sua implantação na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 11, n. 2, p. 1–25, ago./dez. 2011.

FERRAREZ, Cynthia. O projeto de formação profissional do serviço social frente o processo de mercantilização da educação superior. **Serviço Social em Debate**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 56–68, 2018. Disponível em: <https://revista.uemg.br/serv-soc-debate/article/view/3362>. Acesso em: 9 fev. 2026.

IAMAMOTO, Marilda Villela.. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, n. 120, p. 608–639, out. 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serviço Social & Sociedade**, n. 128, p. 13–38, jan. 2017.

LARA, Ricardo. Pesquisa e Serviço Social: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 73–82, 2007.



LIMA, Eduardo. **Contradições da política educacional e trabalho profissional: a atuação do assistente social na educação básica no estado de Santa Catarina**. 2026. 213 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2026. Disponível em: <https://bu.ufsc.br/teses/PGSS0360-D.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1994.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA (UNIPAMPA). **Projeto pedagógico do curso de Serviço Social – Bacharelado. São Borja: Universidade Federal do Pampa**, 2022. Disponível em: https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/servicosocial/pagina_fixa/ppc/. Acesso em: 29 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). **Projeto pedagógico do curso de graduação em Serviço Social. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina**, 2013. Disponível em: <https://servicosocial.ufsc.br/legislacao>. Acesso em: 29 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM). **Projeto pedagógico do curso de Serviço Social: conteúdos das diretrizes curriculares e disciplinas da UFSM**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2018. Disponível em: <https://www.ufsm.br/cursos/graduacao/santa-maria/servico-social/projetopedagogico>. Acesso em: 29 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). **Projeto pedagógico do curso de Serviço Social (Bacharelado em Serviço Social – noturno)**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/site/ensino/graduacao/servico-social/>. Acesso em: 29 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **Projeto pedagógico do curso de Serviço Social**. Matinhos: Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, 2023. Disponível em: <https://litoral.ufpr.br/servicosocial/projeto-pedagogico-do-curso/>. Acesso em: 29 dez. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL). **Resolução CEPE/CA nº 021, de 06 de abril de 2022**. Reformula o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social, a ser implantado a partir do ano letivo de 2023. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2022. Disponível em: <https://sites.uel.br/prograd/graduacao/projetos-pedagogicos/projetos-pedagogicosservico-social/>. Acesso em: 29 dez. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ (UNESPAR). **Curso de graduação em Serviço Social – Campus Paranavaí**. Paranavaí: Universidade Estadual do Paraná, 2019. Disponível em: <https://paranavai.unespar.edu.br/graduacao/cursos/servicosocial>. Acesso em: 29 dez. 2025.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social brasileiro na contemporaneidade**. In: Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS; ABEPSS. 2009. p. 1-27.

YAZBEK, Maria Carmelita. Prefácio. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (org.). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016. p. 15–23.